

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VÍTIMA POLICIAL¹

Luciano Puccini (UFF)

RESUMO

O objetivo deste artigo é pensar, o conceito de “vítima policial”, que vem sendo acionado por políticos de diferentes partidos no Estado do Rio de Janeiro, a partir da análise de audiências públicas, documentos e interações de políticos e agentes de segurança pública nas redes sociais. Sendo assim tem-se a finalidade de mostrar quem é a vítima policial, como ela é construída a partir desse ponto de vista político por ideologias antagônicas e pelos próprios policiais, e quais os impactos do discurso da vitimização policial nas instituições e políticas de segurança pública.

Palavras-chave: Policia. Vitimização. Política. Segurança Pública.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo compreende os resultados de uma pesquisa de iniciação científica (PIBIC) orientada pela Professora do Departamento de Antropologia (UFF) Dra. Lucía Eilbaum, e desenvolvido no âmbito do GEPADIM – Grupo de Estudos em Antropologia do Direito e Moralidades, que tem por objetivo a realização de etnografias sobre as formas de administração institucional de conflitos no Estado do Rio de Janeiro, a fim de apresentar e aprofundar uma discussão em torno das moralidades envolvidas nesse campo. Para tanto, propõe-se a produção de etnografias em agências estatais, como as burocracias dos sistemas de Segurança Pública e de Justiça, no espaço parlamentar, legislativo e na área da Educação, bem como na relação com movimentos sociais organizados em torno à demanda por direitos. Especificamente, os dados aqui apresentados foram construídos a partir do acompanhamento de Audiências Públicas sobre Segurança Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), tendo como objetivo buscar entender ações e discursos em relação às mortes violentas de agentes policiais no Estado, e o processo através do qual eles são definidos, ou não, dentro da categoria de vítima. Assim, o artigo se refere ao conceito de vítima policial que é acionado por políticos de diferentes orientações ideológicas, relacionando o discurso proferido com as informações obtidas sobre as mortes de policiais.

¹ VII ENADIR. GT.07 – Entre o acadêmico e as lutas sociais: as contribuições da antropologia (forense) para se fazer justiça.

O contexto político no qual a pesquisa se insere é de inúmeras críticas à Academia, a Defensores dos Direitos Humanos, à Mídia e à população de uma forma geral. Essas críticas mobilizam um discurso acusatório que pressupõe que esses setores se “interessam” mais pela vida do “criminoso” do que do policial, pelo fato do primeiro ser visto enquanto vítima social e o policial enquanto agente repressor do Estado. A partir desse pensamento, mobilizado por alguns legisladores, o policial não é apenas a “verdadeira vítima” como também a única dentro desse invólucro (mídia, opinião pública, crime, pesquisadores).

A pesquisa teve como ponto de partida a verificação da recorrência da frase “A polícia que mais mata é também a que mais morre”, acionada em diversos contextos nos últimos anos. Essa verificação ampliou o olhar sobre os casos de “violência do Estado”, isto é, quando “a polícia mata”, a entender também as mortes de policiais. Em um primeiro momento a frase parece inteiramente ambígua, pois ora justifica as ações de excesso de uso da força por parte do Estado por este sofrer retaliação de criminosos ora justifica ações contra o Estado por este fazer uso excessivo da força. Desse modo têm-se intenção de analisar quando e por quem essa frase é utilizada, a fim de entender seus possíveis sentidos.

A metodologia então empregada foi baseada no trabalho de campo, que consistia em estar sempre presente nas audiências públicas e debates na ALERJ em torno da Segurança Pública. Muitas dessas audiências eram marcadas por coletivos e moradores de favela que pressionavam o poder público a dar um “basta na violência policial”. Nessas audiências estavam reunidos deputados, representantes de instituições policiais e representantes dos coletivos, em especial os familiares (principalmente, mães) de jovens e/ou crianças vítimas dessa violência. Nesses momentos eram publicizados os problemas enfrentados pelas pessoas e podia-se ver que o policial tinha uma forma de pensar as “Operações” nas comunidades diferentemente dos moradores locais. Os debates em torno dessas questões se revelaram de extremo interesse para pesquisa antropológica, para entender porque as pessoas estão pensando daquela forma, sobretudo os policiais ou envolvidos com a polícia, como deputados pautados no tema da segurança pública e a favor de políticas de confronto. Esses discursos postos em contradição foram propícios para entender as categorias mobilizadas, já que, não eram meras opiniões individuais, mas sim representações de um coletivo ao qual se pertence.

Com a frequência das audiências públicas, foi possível a maior circulação pela ALERJ e a realização de mais interações, se tornando mais fácil o reconhecimento de sua estrutura

física, salas, locais de audiência e gabinete dos deputados. Essa noção do espaço geográfico do local e das atividades desempenhadas pelos funcionários ajudou a conseguir o Relatório Final da “CPI dos policiais mortos”, sobre o qual se conhecia, mas não se encontrava disponível publicamente. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada em outubro de 2015 era destinada a apurar as causas do grande número de mortes e Incapacitações de Profissionais de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro e suas circunstâncias e consequências para familiares e para população. O relatório foi de suma importância para iniciar o trabalho e promover o levantamento de questões que envolvessem a “vítima policial” a partir de uma leitura etnográfica, uma vez que, era um documento produzido pelo próprio Estado e pelas suas instituições de Segurança Pública.

Nesse sentido é preciso esclarecer o conceito de vítima aqui trabalhado. A ideia de vítima começa a ser mais utilizada entre o século XIX e o século XX para designar as vítimas de guerra que antes eram apenas militares, mas que com o desenvolvimento bélico começou a afetar também os civis, principalmente mulheres e crianças (WIEVIORKA, 2003). Ao final da Segunda Guerra muitas homenagens foram feitas as vítimas do pós-guerra, no entanto não se deu a atenção particular ao caso dos judeus que sofreram com o holocausto, sendo iniciado o processo dessa reparação a partir dos anos 60 e ganhado mais força nos anos 80-90 (CHAUMONT, 2000). Esse silenciamento aos judeus causou mais danos do que uma possível exposição das atrocidades por eles sofridas o que gerou comoção e permitiu a inauguração de museus e monumentos como formas de memória daquilo que nunca mais deve se repetir. Chaumont entende a reparação aos judeus como um dos motivos de uma mudança sócio-histórica sobre o conceito de vítima que passa a ganhar espaço na esfera pública tal qual o surgimento e consolidação da “Vitimologia” como disciplina, dessa forma hoje em dia existem cada vez mais demandas para que as vítimas sejam indenizadas pelo que sofreram. Portanto neste trabalho pensa-se a categoria de vítima policial enquanto política e não jurídica, analisando-a como um produto social e político de um conjunto de operações sociais que desenvolvem formas de lutar pelo reconhecimento a partir dos danos físicos, psicológicos e morais (ZENOBI e MARENTES, 2020).

2. O RELATÓRIO FINAL DA “CPI DOS POLICIAIS MORTOS”

O Relatório Final da CPI dos policiais mortos foi conseguido após inúmera tentativa através de vias burocráticas, como a biblioteca da Alerj por exemplo. No entanto obteve-se

acesso a este durante uma conversa despreziosa com uma funcionária da Assembleia Legislativa que conhecia a ex-secretária do Deputado Paulo Ramos (PSOL), Presidente da CPI, desse modo todo o diálogo com a ex-secretária para que esta me enviasse o relatório se deu a partir do WhatsApp.

Para compreender o que é a vitimização policial busca-se analisar aqui o Relatório Final da CPI dos Policiais Mortos juntamente com as Atas das sessões da CPI contidas no Diário Oficial da Alerj, materiais documentados que mostram problemas enfrentados pela polícia do Rio. Segundo o Relatório antes de acabar 2015 somavam-se 60 policiais mortos em serviço, além dos feridos e mortos fora do regime trabalhista. Devido a esse número de mortes entre policiais, na época, o Deputado Paulo Ramos (PSOL) propôs a instalação da “CPI dos Policiais Mortos” para, em suas palavras, “dar um basta na morte de policiais militares e na descriminalização³ da polícia, pois o risco de morte de um policial militar era dez vezes maior que de um cidadão comum”.

Assim, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instaurada em outubro de 2015 destinada a apurar as causas do grande número de mortes e incapacitações de profissionais de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro e suas circunstâncias e consequências para familiares e para população. Ela tinha como objetivo fazer um levantamento criterioso do número, nomes e causas das mortes desses policiais, não apenas das mortes por ferimento com armas de fogo, mas também das mortes decorrentes de doenças profissionais. De acordo com os membros da CPI, era preciso mostrar que o número era bem maior do que o que vinha sendo visto nos últimos anos, considerando “inadmissível” que esse número continuasse crescendo no estado do Rio de Janeiro. Outra justificativa para a criação da Comissão foi que a sociedade fluminense como um todo tinha interesse na segurança pública, e podia-se ouvir comentários sobre esse assunto nos bares, nos transportes coletivos, nas reuniões de família. Portanto, era necessário que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro trata-se o assunto com seriedade

Observando-se que o grande foco da mídia se concentrava na forma de agir dos policiais e das instituições a quais estavam submetidos, a CPI tinha também a missão de abarcar as específicas causas que levavam a tão elevado índice de mortes de integrantes da sociedade, igualmente, de policiais que atuavam junto a mesma. Devendo-se observar que os integrantes

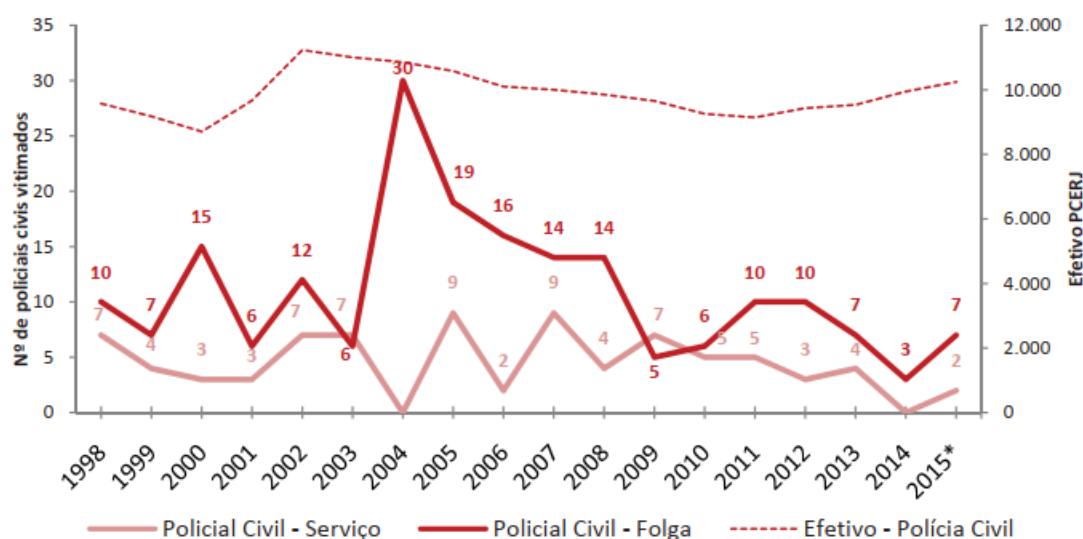
³ O que foi observado em campo é que alguns Deputados e servidores públicos da área de segurança consideram que existe uma hiper-criminalização da polícia por parte da mídia, sociedade e academia, uma vez que, “caem em cima” da instituição quando algum policial comete um delito.

das instituições policiais são oriundos deste mesmo meio social que precisa de políticas acertadas de segurança pública e, como os demais, são também vítimas dessa violência que assola o país, especificamente nas grandes capitais. Desse modo não seria raro concluir que a política de confronto adotada pelo governo do estado do Rio de Janeiro estava levando a um elevado número de mortes entre agentes de segurança e a população como um todo.

2.1 Dados Estatísticos

Para se entender a dimensão da morte dos agentes de segurança pública a CPI conta com dados estatísticos trazidos pela Doutora Joana da Costa Monteiro⁴, Diretora Presidente do Instituto de Segurança Pública, em 2015, os dados expostos pela Doutora podem ser encontrados no Relatório de Vitimização Policial (1998 a novembro de 2015) disponível online.

Figura 1 - Série Histórica do Número de Policiais Civis Vitimados - 1998 a 2015

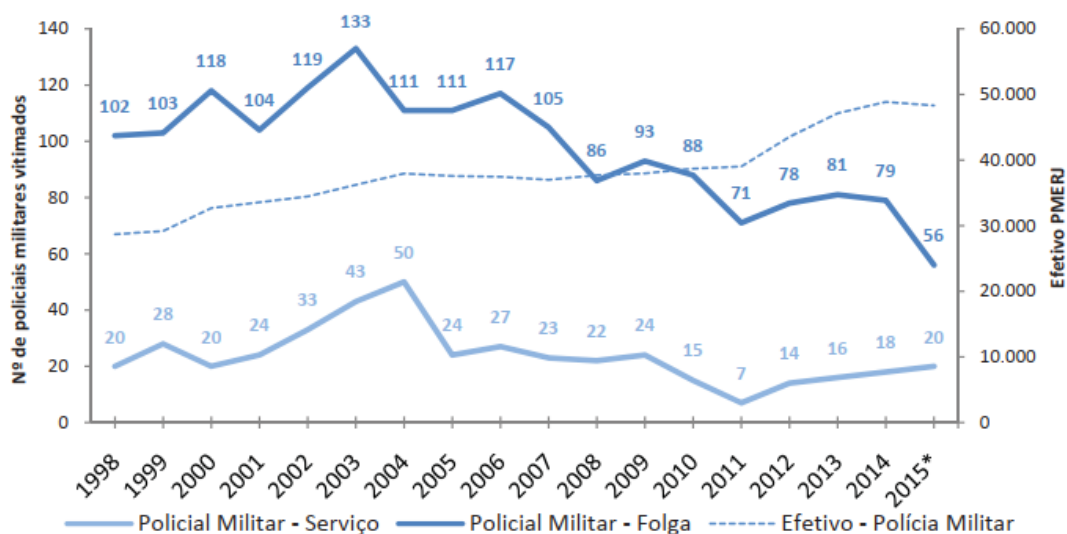


*- Dados de 2015 contabilizados até o mês novembro.
 Fonte: Elaborado pelo ISP com base em informações da PCERJ.

Fonte: Relatório de Vitimização Policial (1998 a novembro de 2015)

⁴ O que consta na Ata da 4ª Sessão Ordinária da CPI disponível no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro Ano XLII – Nº 120 – PARTE II – SEXTA-FEIRA – 1 DE JULHO DE 2016.

Figura 2 - Série Histórica do Número de Policiais Militares Vitimados - 1998 a 2015



*- Dados de 2015 contabilizados até o mês novembro.
 Fonte: Elaborado pelo ISP com base em informações da PMERJ.

Fonte: Relatório de Vitimização Policial (1998 a novembro de 2015)

O Relatório Final da CPI tenta trazer uma explicação para o número de mortes de policiais em serviço, que seria a política de confronto que não traz nenhum resultado no combate ao crime e ainda vitimiza policiais. Para as mortes na folga o Relatório aponta inúmeros motivos como reação a assaltos, envolvimento com brigas, ou execução por ser reconhecido como policial, mas não se aprofunda na questão.

2.2 As Condições de Trabalho

No Relatório Final da CPI consta um levantamento dos problemas enfrentados pelos policiais de modo geral no local de trabalho feito pela Professora Doutora Maria Cecília de Souza Minayo⁷, pesquisadora titular da Fundação Oswaldo Cruz, apontando para ausência de equipamentos adequados, muitas das vezes com a necessidade de compartilhamento entre os colegas, bem como a não rara inferioridade de armas de uso individual ou coletivo diante daquele armamento utilizado pelos fora da lei (termo usado pela Professora), as deficientes instalações físicas e viaturas de patrulhamento e investigação, impulsionam o debate da real necessidade da melhoria das condições de trabalho. A situação apontada pela Professora

⁷ As Professoras Minayo assim como a Doutora Glaucia foram convidadas para participar da 8ª Sessão Ordinária da CPI disponível no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro Ano XLIV – Nº 161 – PARTE II – SEXTA-FEIRA – 31 DE AGOSTO DE 2018. As informações que constam no Relatório Final parte do depoimento delas na Sessão Ordinária.

Minayo também foram observadas pela Doutora Gláucia Maria da Costa Santana⁸, Promotora de Justiça do MPRJ que trabalhou como Coordenadora do Grupo de Atuação Especial em Segurança Pública (GAESP), no ano de 2013 na 6ª Promotoria de Tutela Coletiva da Cidadania da Capital e percebeu as inúmeras reclamações através da ouvidoria daquele órgão, ao que se refere as condições de trabalho, carga horária, alimentação, uniformes, instalações físicas, dentre outras demandas.

Segundo o entendimento da Promotora, foi um pedido de socorro por parte dos policiais, onde se deu início a uma apuração com visitas as instalações das Unidades de Polícia Pacificadora, uma vez que, de lá que partiam as maiores reclamações. A partir destas informações percebeu-se a necessidade de instauração de um inquérito civil que possibilitou um vasto levantamento acerca do mapeamento das instalações, da carga horária, benefícios, alojamentos, armamento, condições de saúde física e mental, da mesma forma que concluiu que a questão da formação e capacitação dos policiais tem influência direta na sua eficiência quanto na sua proteção individual e na da população. O trabalho concluiu que os policiais realmente se encontram em situações adversas e que no entendimento dos órgãos referidos podem influenciar seguramente no alto índice de mortalidade policial no estado do Rio de Janeiro.

2.3 A Política de Confronto

A conclusão expressa no Relatório Final a partir dos registros de números, estatísticas, relatos e percepções das pessoas convocadas a prestarem seus esclarecimentos e contribuições é que a política de confronto adotada pelo governo do estado do Rio de Janeiro é a principal causa de mortes e incapacitações policiais, por reproduzir um modelo de guerra. O argumento principal da CPI é de que existe uma “guerra” estabelecida pelo estado contra o crime organizado e dentro do crime organizado, o tráfico de drogas, sendo que este é aquele existente dentro das comunidades carentes e cujos agentes em sua grande maioria são jovens, negros e pobres.

Segundo os dados apresentados o maior número de mortes de policiais acontece na folga ou fora do serviço, onde teoricamente não haveria um confronto deflagrado a fim de combater o crime, como podemos ver na figura 1 e 2, se somarmos o número de policiais militares mortos em folga teremos 1755 mortes de 1998-2015 enquanto mortos em serviço seriam 428. Para policiais civis são 197 mortos em folga e 81 mortos em serviço de 1998-2015. Os dados

⁸ Vide nota 7.

estatísticos mostram numericamente que é mais letal para o policial morrer durante a folga do que durante o serviço, no entanto o relatório traz informações rasas sobre as mortes na folga e prioriza a morte do policial em serviço fazendo uma relação com as condições de trabalho as quais estão submetidos.

No ano em que foi iniciada a CPI foram 95 policiais mortos, entre civis e militares na folga e no serviço, em contrapartida segundo dados do ISP, foram em torno de 645 pessoas mortas pela ação de agentes do estado, ou seja, a polícia matou 7 vezes mais do que morreu. E a frase que aparece no relatório é a seguinte “A polícia do Estado do Rio de Janeiro é a que mais mata, mas também a que mais morre”. Tentando analisar a frase de um modo gramatical temos uma oração coordenada sindética aditiva que indica fatos dispostos em sequência, desse modo também podemos escrever “A polícia do Estado do Rio de Janeiro mata mais e morre mais” sem que haja alteração de sentido, uma vez que, *mas também* e *e* são locuções conjuntivas coordenativas aditivas que ligam orações de sentido completo ou independente expressando a ideia de adição, dessa forma é como se somassem duas forças de mesma intensidade mas de sentido contrário, anulando as ações, no entanto as forças não possuem a mesma intensidade a polícia do Rio de Janeiro mata muito mais, o que existe por trás dessa oração é uma quantificação moral dos números, atribui-se um valor moral as vidas, a quem pode morrer e a quem não pode morrer, desse modo a mobilização dessa frase feita em diversos contextos, por políticos de diferentes orientações, busca não apenas reconhecer o policial enquanto vítima, mas também enquanto única vítima ou como vítima de maior valor moral que merece esforços por parte de seus representantes para mudar a situação.

3. I SIMPÓSIO DE VITIMIZAÇÃO POLICIAL

O I Simpósio de Vitimização Policial foi um evento organizado pela Associação Beneficente Heróis do Rio de Janeiro (ABHRJ) e aconteceu entre os dias 13 e 15 de Maio de 2019 reunindo policiais de todo o Brasil, para tratar sobre o tema da vitimização. Nesses dias houveram palestras e trocas de ideia que serviram para a discussão e sugestão de normas, leis, regulamentos e soluções para reduzir a vitimização policial. Os comandantes gerais das 27 unidades da federação estiveram presentes e o evento ocorreu no Centro de Convenções SulAmérica na cidade do Rio de Janeiro. Após o Simpósio foram criadas a Comissão de Vitimização do SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) e a Secretária Estadual de

Vitimização RJ. Marcaram a celebração de abertura o ex-Ministro de Justiça e Segurança Sérgio Moro e o ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro Wilson Witzel.

Figura 3 – I Simpósio de Vitimização Policial



Fonte: Heróis do Rio de Janeiro

A Associação Beneficente Heróis do Rio de Janeiro é uma Ong cujo o objetivo é angariar fundos através de doações não apenas para apoiar policiais vitimados, mas também seus familiares, eles contam com um convênio com a PROFAM (Proteção Familiar) uma instituição privada que fornece serviços de assistência à saúde e de seguro de vida. Devido a pandemia do Coronavírus e a impossibilidade de se realizar trabalho de campo da maneira convencional buscou-se acompanhar páginas e perfis nas redes sociais vinculados a polícia do Rio de Janeiro, entre elas a página da ABHRJ que tem o Instagram⁹ como sua principal plataforma de comunicação, além do site¹⁰ e canal no Youtube¹¹, que conta com gravações das palestras do Simpósio além do filme documentário exibido “Heróis do Rio de Janeiro”.

3.1 Os Heróis do Rio de Janeiro

⁹ Heróis do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.heroisdoriodejaneiro.com>> . Acesso em: 02 de ago. de 2021.

¹⁰ Canal Associação Beneficente Heróis do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCXJh3T-keVrCfkyeBIAfSig>> . Acesso em: 02 de ago. de 2021.

¹¹Instagram: @heroisdoriodejaneiro. Disponível em: <https://instagram.com/heroisdoriodejaneiro?utm_medium=copy_link>. Acesso em: 02 de ago. de 2021.

Figura 4 – Capa do Filme Heróis do Rio de Janeiro



Fonte: Heróis do Rio de Janeiro

O documentário “Heróis do Rio de Janeiro” revela histórias reais de policiais militares do estado vitimados em ação. O filme propõe o argumento de que a população desconhece essas histórias de homens e mulheres que trabalham num ambiente de “guerra assimétrica urbana” e sofrem letalidades que os deixam com sequelas físicas e psíquicas gravíssimas. Assim, o documentário tem como objetivo mostrar os policiais com respeito, honra e dignidade, e lançar luz sobre a violência vivida por eles a fim de se encontrar soluções. O longa conta com as participações do Procurador de Justiça Marcelo Rocha Monteiro, do influenciador Olavo de Carvalho, do professor Ricardo Moderno da UERJ (*in memoriam*), de policiais feridos, de familiares enlutados e também, de policiais da ativa e da reserva de diversas patentes e graduações trazendo muitos depoimentos significativos para se entender a vitimização policial.

A noção de “Guerra Assimétrica” explorada pelo filme é de que a assimetria não advém da inferioridade bélica, mas sim jurídica, pois, argumenta-se que um “lado pode tudo”, enquanto o outro está submetido a protocolos, leis e regulamentos, isto é, o “criminoso” pode tudo pois não tem preocupações morais e não precisaria responder por seus atos. Tais protocolos,

leis e regulamentos são tidos como uma barreira para que a polícia execute seu trabalho o que acaba garantindo que os criminosos continuem exercendo suas atividades ilícitas.

Para exemplificar essa situação de guerra assimétrica o documentário conta com o testemunho de policiais vitimados em serviço, entre eles o Cabo reformado Rafael Cabral que perdeu a perna por uma granada lançada por traficantes em uma operação na Vila Cruzeiro no Complexo da Penha no dia 11 de janeiro de 2017. Em seu depoimento no filme ele diz:

O Estado do Rio de Janeiro é um time de futebol que tem o meio-de-campo desfalcado, o ataque ruim, a defesa péssima, mas o goleiro não pode falhar, a PM é o goleiro do Estado do Rio de Janeiro. Ela é pressionada o tempo todo e por isso pressiona seus membros e sem condições boas de trabalho, tudo tem limite, a cobrança social recai sobre os policiais, mas segurança pública não se faz apenas com polícia, e saúde mental não se faz apenas com tratamento psicológico, é preciso ter condições mínimas de trabalho para não adoecer.

Outro exemplo apresentado é do Cabo da PM Tiago Oliveira da Conceição, vitimado em uma troca de tiros na favela da Rocinha. Ao fazer a varredura do local após o confronto, ele notou que tinha uma pistola ao solo e foi surpreendido com uma nova emboscada. Levou um tiro na cabeça, ficou quatro dias internado, voltou para casa, mas teve que ficar mais quarenta e cinco dias internados devido a uma infecção. “*O médico disse que eu tinha 5% de chance de sobreviver*” relata o Cabo. Atualmente, Tiago usa uma prótese craniana já que perdeu parte da estrutura óssea após ser alvejado por disparo de pistola .40.

Figura 5 – Cabo Tiago Oliveira



Fonte: Heróis do Rio de Janeiro

Figura 6 – Cabo Rafael Cabral



Fonte: Heróis do Rio de Janeiro

Em seu depoimento ao documentário o Coronel PM Fábio Cajueiro Presidente da Associação Beneficente Heróis do Rio de Janeiro¹⁴, comenta sobre os policiais vitimados:

Cada vez que você fere um policial você fere o que há de melhor na sociedade, pois o que leva um jovem a se tornar policial? É alguém que tem valores, que quer melhorar a sociedade e está disposto a expor sua integridade física para isso. Nos últimos anos estamos empilhando corpos e mentes, quatro afastamentos de policiais por dia. A polícia mexe com seus valores, não é um simples emprego por isso quando um policial é morto você está tirando a chance de se viver em uma sociedade melhor. Muitos são mutilados, mas estão mais íntegros que muitas pessoas, em termos de espírito.

O Documentário visa retratar a situação vivida pela polícia em um ambiente de trabalho hostil em que poucos se voluntariariam para defender a sociedade, desse modo são expostos histórias de policiais vitimados em serviço, assim o pôster (figura 4) conta com 3 policias que tiveram sequelas em decorrência de confrontos contra criminosos, um paraplégico e dois mutilados, a imagem da degradação do corpo produz a biolegitimidade tornando o ato ainda mais heroico, a debilidade corporal comprova o heroísmo dos policiais e desse modo fundamentam suas narrativas tornando-as verídicas e verificáveis a partir do corpo, a exposição dos corpos sofridos é feita na esperança de gerar sentimentos de justiça e compaixão, desse modo busca-se comover (FASSIN, 2016). Os casos escolhidos para serem apresentados no documentário foram de policiais vitimados em serviço sendo que os dados estatísticos demonstram que o maior número de vitimização ocorre durante a folga, no entanto a causa de mortes e ferimentos na folga são diversos e pouco explorados tanto no Relatório Final da CPI quanto no documentário “Heróis do Rio de Janeiro” pois algo que todos esses heróis tem em comum é que sofreram a sequela enquanto trabalhavam, isto é, protegiam a sociedade, portanto são escolhidas as narrativas que expressam os valores da instituição (SIRIMARCO, 2017), tornando casos individuais como generalizantes, como se todos os policiais fossem heróis.

4. O DILEMA POLICIAL: ENTRE A VÍTIMA E O HERÓI

¹⁴A Associação Beneficente Heróis do Rio de Janeiro (ABHRJ) tem a finalidade de possibilitar maior dignidade ao policial militar e sua família, atuando na proposição de meios para a aquisição de estruturas e equipamentos de reabilitação que auxiliem na readaptação do Policial Militar ferido, naquilo que a PMERJ, de quem a ABHRJ é parceira, não puder atender de imediato, bem como no acolhimento ao familiar do policial militar que porventura passe por necessidades urgentes.

Esses guerreiros tombam as centenas, mas sua bravura e heroísmo jamais são reconhecidas, raríssimos os governadores e secretários de segurança pública que vão ao enterro de seus policiais, a população levada pelo preconceito por formadores de opinião se voltam contra eles. (...). Como observa o sociólogo José Maria Martins, o policial de rua é obrigado a enfrentar o crime de arma em punho e não de uma sala refrigerada da USP é como um médico num campo de refugiados ou em meio a uma epidemia letal, se trabalhar só pelo dinheiro ele iria embora para casa, pois não a salário que pague sua vida permanentemente em risco. Sobre os riscos que a polícia corre, qualidade de vida, escala, promoções que tem que ser colocadas em prática, aqui não foi falado nada, apenas dito controle, controle e mais controle. Policial tem que ser tratado como herói, principalmente num país como o Brasil em que os números de homicídio chegam a 63.000 por ano segundo dados do IPEA, para compensar os riscos da profissão precisa ter certeza que ao tombar no campo de batalha a sociedade irá cultua-lo como herói diante de sua família enlutada e o bandido que o matou será severamente punido.

Essa fala foi proferida pelo Deputado Estadual Márcio Gualberto (PSL) durante a primeira Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania sobre “Operações Policiais: Como garantir o Estado Democrático de Direito” organizado pela Deputada Estadual Renata Souza (PSOL) em 2019, presidente da Comissão, a pedido do “Fórum da Maré” formado por moradores e coletivos sociais do Complexo insatisfeitos com as operações policiais repentinas e o uso de helicópteros que efetuam disparos a esmo sobre a população.

O Deputado Márcio Gualberto (PSL) participou na sua qualidade de vice-presidente da Comissão, integrando a mesa principal. Foi o último a fazer seu discurso e o mesmo causou uma certa comoção no público que, majoritariamente, tinha se posicionado criticamente à ação violenta da polícia. Em seu discurso, em um tom alto e forte de voz, o deputado fala sobre o heroísmo policial e sua desvalorização por certos segmentos da sociedade.

Em muitos dos dados aqui apresentados o policial é tido como um herói, característica a qual se mostra intrínseca aos membros da corporação por estarem expostos a diversos perigos cotidianamente, não terem um salário compatível com o serviço prestado, não terem estrutura adequada e nem boas condições de trabalho convivendo assim com a falta de equipamentos de segurança, cargas horárias extenuantes e tendo que lidar com situações estressantes as vezes de vida ou morte. Tais problemas não são desconhecidos da população e daqueles que querem se tornar policial, fator que demonstraria que todos os policiais são heróis, pois não trabalham só pelo dinheiro, mas sim com o intuito de transformar e proteger a sociedade o que leva alguns a

cometerem atos de bravura estando dispostos a se ferirem ou até morrerem em confrontos. Nessa entrega a qual o policial realiza em prol da sociedade ele é tido como herói, a noção de vítima policial é então utilizada em outro contexto, o de oposição entre as vítimas de violência policial como podemos ver no discurso do Deputado Márcio Gualberto (PSL) que ignora a presença de Mães que perderam seus filhos para a violência de estado, e como pode-se ler na frase “A polícia que mais mata, mas também é a que mais morre” que ignora os dados estatísticos a partir de uma quantificação moral dos números que visa tornar o policial uma vítima de maior valor moral.

No caso da categoria Herói esta é utilizada para a construção de narrativas favoráveis a instituição policial, assim as duas categorias andam juntas embora sejam utilizadas em contextos diferentes atuando nesse sentido como moralidades situacionais (EILBAUM, 2010), uma vez que, do ponto de vista analítico nem toda vítima é herói e nem todo herói é vítima quando se trata da polícia do Rio de Janeiro, visto que são escolhidos aqueles os casos cuja narrativa terá maior impacto para a repercussão dos valores da instituição, no entanto ambas as categorias são utilizadas quando se quer rebater críticas feitas a corporação porém com sentidos diferentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível pensar a mobilização das categorias de herói e vítima policial a partir do entendimento de que existe uma invasão dos sentimentos e sofrimentos no espaço público em que se busca mobilizar a compaixão e a emoção para que haja uma implementação dos sentimentos morais nas políticas contemporâneas, o que Fassin (2003) chama de Governo Humanitário. Portanto vítima e herói são categorias morais que buscam a compaixão pois o que se está em jogo são as políticas de piedade e não as políticas de justiça, existe um foco nas desgraças individuais ao invés de se pensar políticas públicas, já que, uma das reivindicações dos agentes de segurança pública é a valorização e o reconhecimento da atividade policial por parte da população e governantes e não de fato por direitos e melhores condições de trabalho. Os próprios policiais desenvolveram formas de organização para suprir a ausência do estado como se pode ver a partir da ABHRJ. Desse modo aquilo que Fassin (2003) chama de Governo Humanitário vem de uma linguagem que relaciona valores e afetos e servem tanto para definir como para justificar práticas do governo dos homens, contudo as operações policiais e o

combate ao crime que são tidos como instrumentos importantes para defender a sociedade, acabam possuindo um efeito reverso como a alta letalidade policial. Assim, este trabalho visou demonstrar como essas categorias morais são mobilizadas politicamente.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ NUNES. *HERÓIS DO RIO DE JANEIRO*. Dirigido por CARVALHO, Mía e NUNES, André. Filme Documentário sobre policiais da PMERJ vitimados em operações. Baseado na pesquisa do Cel PM Fábio Cajueiro, Presidente da Comissão de Vitimização da PMERJ. Produção: Brasil. 9Gatos. 2019. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=3BAqgahyFoY&t=2011s>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

CHAUMONT, J. M. Du culte des héros à la concurrence des victimes. In: *Criminologie*, Volume 33, Número 1. Montreal: Printemps, 2000, (167–183).

ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro). Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito Resolução 123/2015. Rio de Janeiro, 2016.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ISP (Instituto de Segurança Pública). Relatório de Vitimização Policial (1998 a novembro de 2015). Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/RelatorioVitimizacao2015.pdf>. Acesso em: 02 de ago. de 2021.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ISP (Instituto de Segurança Pública). Séries Históricas anuais de taxa de letalidade violenta no estado do Rio de Janeiro e grandes regiões. Rio de Janeiro, mar de 2021. Disponível em: <<http://www.ispdados.rj.gov.br/Arquivos/SeriesHistoricasLetalidadeViolenta.pdf>>. Acesso em: 02 de ago. de 2021.

EILBAUM, Lucía. "O bairro fala": conflitos, moralidades e justiça no *conurbano bonaerense*. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. (12-30). 2010.

FASSIN, Didier. Introducción: El Gobierno Humanitario. In: *La Razón Humanitaria: Una historia moral del tiempo presente*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2016 (9-32).

FASSIN, DIDIER. Gobernar por los cuerpos, políticas de reconocimiento hacia los pobres y los inmigrantes en Francia. In: *Cuadernos de Antropología Social N° 17*, pp. 49-78, 2003.

SIRIMARCO, Mariana. El relato del “caído en cumplimiento del deber”: quando la falla se vuelve gloria. In: *“Sobre héroes y tumbas”*. *Sacrificio, heroísmo y martirio en las fuerzas de seguridad*. Buenos Aires: Editorial Godot, 2017 (32-48).

WIEVIORKA, Michel. L'émergence des victimes. In: Redalyc, Disponível em <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29700302>> .Acesso em: 31 mar. 2021.

ZENOBI, D. e MARENTES M. Panorama sobre laproducción social de lasvíctimas contemporáneas. In: *Movilización de víctimas y demandas de justicia em la Argentina contemporánea*, 1ª Edição. Buenos Aires: Teseo Press, 2020, (67-100).